



ATA N.º 29/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária referente ao mês de janeiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adenda à Escritura de Direito de Superfície constituído a favor da Fábrica da Igreja da Sobreda, sobre a Parcela de Terreno com 7700m2, sita na Quinta dos Pianos, Sobreda”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências nos Diretores de Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de Almada e Apoio Financeiro”.

3.5 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais e de recebimentos e de pagamentos em atraso – Lei 8/2012, de 21 de fevereiro”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); Paula Maria Galvão (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); Catarina Isabel Garcia Paulino (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Luis Pedro Durão (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Vereador José Luis Riço Bucho de Matos.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múnicipes Ana Maria Almeida e Henrique José.

5.1.1 – A Senhora Múnicipe Ana Maria Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Ana Maria Almeida. Eu venho aqui falar em nome dos moradores do prédio nº 4, da rua da Bela Vista, no Pragal, vulgo Bairro Cor de Rosa.

Nós reunimos e fizemos um abaixo-assinado para apresentar junto à Senhora Presidente da Câmara Municipal e aos elementos da Câmara Municipal, a pedir a mediação junto ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana- IHRU, porque estamos desde a primeira semana de dezembro sem elevador. Somos um prédio de nove andares, com pessoas já de idade avançada, como pouca mobilidade, e não temos tido resposta nem da parte do IHRU, nem da empresa que tem contrato com o IHRU.

Foram feitas diligências a nível de telefonemas, houve moradores que se dirigiram pessoalmente à Praça de Espanha, ao IHRU para falarem, e, entretanto, não temos tido resposta.

Os moradores são na sua maioria pessoas de idade avançada com problemas de saúde e de mobilidade. Há pessoas que foram operadas e tem sido muito complicado subir e descer escadas, estamos a falar de um prédio de nove andares sem elevador desde a primeira semana de dezembro.

Para além disso, temos uma rutura no telhado que já vem de há cerca de ano e meio, eu tenho ali uma Pen para além do abaixo-assinado que espero entregar pessoalmente. Tenho ali uma Pen com as várias fotografias e com os emails que foram enviados ao IHRU já com data de 4 de janeiro de 2022, há cerca de um ano.

A rutura no telhado já tem cerca de ano e meio, vocês têm noção das chuvas que, entretanto, se ocasionaram, do inverno, temos praticamente todas as habitações com infiltrações de água, com humidade, está tudo na PEN.

E basicamente é isto, é um prédio de nove andares que tem três portas, uma delas está selada, as outras duas estão permanentemente abertas, têm fechadura, mas não têm trinco, o que permite a passagem de pessoas alheias ao prédio, há um sentimento geral de insegurança. Há pessoas que saem muito cedo para trabalhar, às 05H00, 06H00 da manhã. Não temos luz nas escadas para além de não termos elevadores. Andamos a circular nas escadas com as lanternas dos telemóveis. Já houve tentativas de assalto dentro do prédio de madrugada, porque há pessoas que entram alheias. Há todo o tipo de movimento e todo o tipo de comportamentos desviantes dentro do prédio. O prédio tem um acumular de lixo, há comportamentos desviantes dentro do prédio, o consumo de drogas, há toda uma preocupação e há ali pessoas com idade avançada, pessoas que saem cedo para ir trabalhar e há um sentimento geral de insegurança.

Eu ainda há uma semana atrás, acompanho uma vizinha minha para baixo e para cima com as compras, e um dia destes, a descer com ela, porque ela sai às 05H50 da manhã de casa, quando subo tinha alguém a subir atrás de mim. Casos destes acontecem quase diariamente, semanalmente, e há todo um sentimento de insegurança. Não tendo resposta da parte do IHRU até à data, fizemos este abaixo-assinado, sabemos que não é da alçada da Câmara Municipal, mas esperamos alguma mediação por parte da Câmara Municipal, porque é um problema que se estende, que se agrava e nós não temos respostas.”



5.1.2 – O Senhor Município Henrique Guerreiro José:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vinho mais uma vez falar do incêndio do passado dia 15 de outubro, que deflagrou no 4º esquerdo, na rua Almada Negreiros, nº 4.

Vivendo no 3º esquerdo com os meus pais, fomos afetados pela água do combate ao incêndio. Na altura, numa reunião da Câmara Municipal, no dia 19 de outubro, chamei a atenção que o 4º esquerdo em algumas divisões ficou sem janelas ou parcialmente, que seria importante tapar para não acumular humidades e água. Também a remoção de algum material danificado suspenso.

Ainda não foi feito nada.

No passado dia 16 de novembro, foram duas senhoras funcionárias da Câmara Municipal e os peritos do seguro, para fazerem o levantamento dos danos incluindo o mobiliário. Seria possível saber para quando o pagamento ou reparação desse material?”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

5.2.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começando por responder à senhora município Ana Maria Almeida.

Portanto, como referiu, esta habitação não é propriedade municipal, é propriedade do IHRU, com quem temos excelente relação, aliás, temos tido uma relação muito próxima naquilo que têm sido a construção das políticas públicas aqui em Almada e, portanto, evidentemente que nós vamos fazer isso que nos pede.

Eu anotei aqui pelo menos, três grupos de problemas. O principal a questão dos elevadores, que é se calhar o mais urgente, mas depois também aqui, seja a rutura no telhado, seja a questão da luz. Portanto, aquilo que nós vamos fazer é, pegando também na documentação que nos vai facultar, nós vamos entrar primeiro por via informal e tentando de forma célere entrar em contacto com o IHRU e depois também por via formal fazer essa mediação e vamos estando em contacto. Portanto, fica aqui esse compromisso.

Relativamente ao senhor município Henrique José, que já tinha estado também numa reunião de Câmara, o problema não é na sua habitação, é na habitação em cima, aliás, o arrendatário penso que é o seu pai. Como sabe, já lhe foi transmitido, foi acionado o seguro na sequência de um incêndio, nós tentamos que a seguradora fizesse as obras para haver mais celeridade nas obras, não houve essa disponibilidade, terá de ser a Câmara Municipal a fazer as obras, e aqui há uma demora maior, porque temos de cumprir com todas as regras de contratação pública.

Foi-lhe sugerido que pudesse durante esse tempo ocupasse uma outra habitação, na altura foi-nos transmitido que não havia essa vontade e que poderiam perfeitamente continuar a residir na habitação onde estão. E, portanto, neste momento, o que lhe posso dizer é que a empreitada já está em contratação, não lhe consigo neste momento dar uma data concreta de quando é que a reparação vai ser feita, mas estamos a tentar que seja o mais rapidamente possível. Neste caso aquilo que nos tinha dito era que era possível continuar a viver no seu fogo, lá está, estamos a falar de reparação no fogo acima do seu e, portanto, penso que é isto. Neste momento estamos a aguardar a todo o momento, conseguir realizar a obra no fogo acima do seu. E penso que esclareci as várias questões que me foram colocadas.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento de Orlando Laranjeiro, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Orlando Laranjeiro dos Santos, de seu nome completo, nasceu em Sesimbra a 7 de agosto de 1930, e faleceu em Almada, terra de sua mãe e toda a família materna, e sua terra adotiva de sempre, no passado dia 18 de janeiro aos 92 anos de idade.

Deixou-nos um Homem de grandes valores progressistas e humanistas. Os muitos amigos, trabalhadores, associativistas, e camaradas, homens e mulheres de Almada e de outros lugares com quem conviveu, trabalhou e lutou, que o acompanharam nos momentos de despedida, é um claro testemunho da nobreza do seu carácter e da grandeza da obra que ajudou a construir.

Orlando Laranjeiro foi uma figura exemplar, na família, na amizade, no companheirismo, na camaradagem, na vida profissional e cívica, na ação social e política.

A criança que Sesimbra viu nascer em 1930, veio para Almada ainda em tenra idade.

Muito jovem inicia a sua atividade de andebolista, nos juniores do Almada Atlético Clube, onde se manteve depois na equipa principal, durante 13 anos, grande parte deles como capitão de equipa. Enquanto andebolista jogou também no Benfica, onde se sagrou campeão regional e nacional de andebol 11 e campeão regional de andebol 7.

Representou por quatro vezes a seleção nacional de andebol. Foi treinador de Andebol no Almada Atlético Clube e no Naval Setubalense.

Aos 18 anos é cofundador da primeira biblioteca do Almada Atlético Clube, clube do qual foi também dirigente tendo sido Presidente da Assembleia Geral durante três mandatos.

Vive apaixonadamente a vida associativa na sua Incrível Almadense, tendo desempenhado funções de grande responsabilidade: foi Presidente da Direção em 1988 e 1989 e Presidente da Assembleia Geral em 1977, 1985, 1986 e 2005, entre outras responsabilidades diretivas que exerceu ao longo de muitos anos.

Na Incrível Almadense – entre muitas outras atividades –, foi ator amador, autor e colaborador da secção de teatro, e foi o coordenador da comissão organizadora responsável pelas grandes comemorações dos 150 anos da Incrível Almadense.

A sua paixão associativista levou-a também para a Alemanha, quando aí esteve emigrado entre 1966 e 1974. Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa em Hamburgo, tendo aí dinamizado múltiplas atividades culturais e recreativas.

Homem de ação nunca virou a cara a desafios. Desempenhou funções de vice-presidente da assembleia geral da Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio e foi fundador e primeiro presidente da direção da Associação dos Amigos da Cidade de Almada.

Foi autor e encenador do espetáculo “Almada antes e depois de Abril”, espetáculo de grande sucesso, onde com a sua capacidade de gerar unidade na ação, Orlando Laranjeiro juntou na sua organização e patrocínio a Incrível Almadense, a Academia Almadense e a SFUAP.

Foi funcionário sindical da CGTP-IN, no Departamento Internacional, tendo sido também, em representação da Intersindical, membro do Conselho Geral do Inatel.

Foi autor de vários livros, de memórias, de prosa, poesia e canções, tendo o último – “Almada nas Asas do Sonho” – sido publicado há apenas 2 anos.

Em 1994 é-lhe atribuída a distinção de sócio de Mérito da Incrível Almadense e em 1998 a de sócio honorário.

Em 1995 é-lhe atribuída a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção pela Câmara Municipal de Almada.



Militante Comunista, membro do Partido Comunista Português que se orgulhava de ser, interveio sempre com total entrega e dedicação à causa dos trabalhadores e do povo, à causa da democracia, à liberdade, ao bem-estar dos almadenses e ao progresso da nossa terra.

Caracterizavam-no a atitude dialogante; a valorização do coletivo; o culto da tolerância e da amizade; a manifestação de amor em particular para com a companheira Gina, a sua filha, netas, bisnetos e demais familiares, mas também com todos aqueles que procuravam o seu auxílio.

Comunista e Lutador

Homem Livre e Solidário

Orlando Laranjeiro não nos deixa, deixa-nos sim uma obra e um exemplo de vida cujo valor nos cabe preservar e continuar, certos de que essa seria a sua vontade.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere endereçar à sua filha Júlia, às suas netas Fábria e Yolanda, aos seus bisnetos, e a toda a restante família, amigos e companheiros de jornada, aos associativistas movimento associativo popular, em especial à sua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e ao seu Almada Atlético Clube, aos Almadenses, e ao Partido Comunista Português, o mais sentido pesar e o mais fraterno abraço solidário pelo falecimento de Orlando Laranjeiro, expressando a convicção profunda de que, com o Orlando Laranjeiro sempre ao nosso lado, seremos capazes de realizar nos dias futuros os melhores sonhos de todos nós. Porque como ele tantas vezes dizia, “Quem acredita no futuro tem de forçosamente de acreditar na vida!”

6.2.2 – Pelo Falecimento de Eduarda Alice Santos apresentado pela Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE).

6.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eduarda Alice Santos, nasceu a 24 de outubro de 1958, em Almada. Descrevia-se como tímida, inicialmente. Humanitária. Mãe. Trabalhou como despachante na alfândega e como segurança.

Cursou-se em informática e multimédia. Uma mulher incontornável na luta pelos direitos das pessoas trans.

O seu ativismo inicia-se após o assassinato de Gwen Araújo, em 2002, nos Estados Unidos da América, empurrando-a para aquele que viria a ser o trabalho da sua vida: a recolha, compilação e produção de informação sobre a comunidade LGBTI+. Começando num blog autoral, Eduarda dedicou-se ao registo e ao arquivo da memória trans, algo que a moveria até ao último dia da sua vida.

Foi o bárbaro assassinato de Gisberta Salce Júnior, em 2006 no Porto, que empurraria Eduarda para o ativismo público, afirmando-se como uma das primeiras mulheres trans a liderar o movimento pelos direitos das pessoas trans em Portugal. Eduarda participou na primeira *Marcha do Orgulho LGBT do Porto* - criada após o assassinato de Gisberta - e seria uma das mais prementes ativistas na condenação da violência exercida contra Gisberta, desenvolvendo um projeto de anos de homenagem e recordação do símbolo maior da comunidade trans em Portugal.

Envolveu-se na primeira associação trans portuguesa, – Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género, fundada em 2002 pelas precursoras Jó Bernardo e Andreia Ramos.

Foi na associação que conheceu a sua companheira de vida, Lara Crespo. Eduarda dizia que foi graças à Lara que iniciou a sua transição. Foram um manifesto de amor, de luta e de solidariedade durante 15 anos, até ao falecimento de Lara, em 2019.

Eduarda e Lara foram vozes destimadas na crítica ao corpo médico e às suas práticas que limitavam o acesso de pessoas trans ao processo de transição e a cuidados de saúde. Eduarda e Lara ficaram 8 e 10 anos, respetivamente, entravadas no processo de transição, dois dos casos de transição com esperas mais longas e cruéis em Portugal. Apesar das retaliações pelo corpo médico e da antagonização pública, Eduarda e Lara foram implacáveis nas suas reivindicações e contribuíram para que hoje as leis de identidade de género condenam situações como esta, estabelecendo um limite de dois anos para a conclusão de qualquer processo de transição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na reportagem *PORTUGAL: 20 anos depois*, em 2016, Eduarda diria: “não estou à venda, nem pelo processo. O que acho que está mal, crítico, venha de onde vier”.

Após a extinção da *associação* em 2007, Eduarda integrou as *Panteras Rosa*. É neste coletivo que Eduarda desenvolve a sua expressão trans autónoma e projeta o seu ativismo transfeminista, dinamizando o podcast *Garras de Fora*. Eduarda fez parte de um crescente diálogo entre ativistas trans internacionais, integrando a campanha coletiva *Stop Trans Pathologization-2012*, pela despatologização das identidades trans na medicina. Em 2011, Eduarda e Lara deixam as *Panteras Rosa* e fundam o *GTP – Grupo Transexual Portugal*. O trabalho do *GTP* contribuiu para a união dos movimentos trans portugueses, fomentando uma perspetiva unitária do movimento trans autónomo desde a sua génese, recusando posições sectárias, ou de apagamento ou desprezo pelos demais coletivos e ativistas trans. O *GTP* assentou-se também numa posição de interseccionalidade com demais causas sociais, como o antirracismo e o ambientalismo, promovendo a diversidade e a capacidade de alianças.

O *GTP* foi uma das entidades organizadoras da *Marcha do Orgulho de Lisboa* durante anos, tendo-se reconhecido o papel vital de Eduarda na continuidade da Marcha, mesmo em períodos de dificuldade financeira e organizativa.

Eduarda fez parte de inúmeros momentos seminais da história LGBTI+ portuguesa. Entre eles, a *Oração das Trans-Tornadas* junto à estátua do Dr. Sousa Martins, a tertúlia *Policiamento do Género e a Luta Transexual*, a “primeira iniciativa pública onde as pessoas transexuais e ativistas possam falar livremente sobre o tema da despatologização sem a presença sempre policial de médicos e/ou psicólogos”. Teve um papel ativo no desenvolvimento da tese pioneira *Trans géneros: uma abordagem sociológica da diversidade de género* pela socióloga Sandra Saleiro, assim como em projetos artísticos com a companhia KARNART, o *Arquivo Queer*, o projeto fotográfico *Aguarela*, e no filme *Gisberta – Liberdade*, juntamente com Lara.

O seu apreço pela conservação da memória e da história da comunidade resultou num trabalho contínuo de criar arquivos, através da escrita de publicações feministas, publicações em blogs dedicados às questões trans, grupos e páginas de partilha nas redes sociais, colaborações com o portal *PortugalGay.PT*, recorte de jornais.

O esforço de compilação de experiências, pensamentos e dados realizado pela Eduarda e pelo *GTP* foi fundamental na informação do processo legislativo de aprovação da primeira Lei Trans, em 2011, que permitiu a mudança dos documentos de identificação independentemente do processo médico. A lei era limitada, exigindo-se ainda um documento médico para viabilizar a alteração de documentos, e ficou por cumprir o direito ao reconhecimento de autonomia e de autodeterminação e a despatologização da identidade trans. Mas esta ação legislativa foi um passo inicial valioso, num processo em que a legislação antecedeu a sociedade, servindo a emancipação dos direitos das pessoas trans em Portugal.

Eduarda e Lara tiveram também uma participação crucial no processo da Lei Trans aprovada em 2018, onde finalmente se estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa. Foi no âmbito das audições parlamentares organizadas pelo Bloco de Esquerda, que, pela primeira vez, o parlamento português ouviu pessoas trans para aprofundar o conhecimento sobre a realidade trans, as várias vivências e necessidades a serem incluídas nas propostas de lei.

Mesmo após a morte de Lara em 2019, Eduarda continuou a publicar em nome do *GTP*, fazendo das suas plataformas digitais e comunitárias um belo registo histórico comum, sedimentando o legado das ativistas trans da sua geração. A sua dedicação pela preservação da memória é um dos maiores contributos para que, hoje, jovens LGBTI+ tenham acesso à história da sua comunidade e de ativistas antecessores que lutaram apaixonadamente pelos seus direitos.

Mais recentemente, Eduarda recordava um dos objetivos primeiros do ativismo trans português, a inclusão da identidade de género como fator de não-discriminação no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, afirmando-o como uma das principais reivindicações da sua vida. Reconheceu também a importância da educação sexual inclusiva nas escolas, abrangendo as diversidades da orientação sexual e da identidade de género, promovendo a representatividade, a empatia, e combatendo o bullying e a exclusão social.

Apesar do seu papel ativo na luta pelos direitos trans, há ainda muito por fazer. Lutas que, com a presença de Eduarda na memória, a comunidade irá conquistar: o combate ao lobby médico e à patologização da identidade



trans, a dificuldade de acesso a cuidados de saúde adequados, ao emprego, e à habitação, o reconhecimento legal da identidade não binária, a segurança e liberdade plena das pessoas trans.

Num dos seus últimos contributos, Eduarda escreve o texto *Momentos do arranque trans para a publicação DeMemória: História das lutas feministas e LGBTQIA+ em Portugal*. Eduarda integrou diversas iniciativas do Bloco de Esquerda, construindo-se uma valiosa relação que ultrapassou os debates e as auscultações, numa verdadeira irmandade de lutas e da vida pessoal. Na cremação do seu corpo, camaradas deixaram-lhe um cravo em homenagem ao seu contributo político, militante e pela liberdade.

Eduarda era uma enciclopédia viva num período em que o acesso a informação sobre temáticas LGBTI+ reais, profundas e positivas era quase inexistente. Eduarda disseminou uma comunidade de ligações, físicas e online. Eduarda foi uma verdadeira vanguardista num país que demorava em assimilar o reconhecimento e respeito pela existência de pessoas trans.

A sua morte não é apenas uma entre outras, e não pode ser desligada da sociedade estruturalmente transfóbica em que vivemos, da violência quotidiana que não deixou de existir, da condenação à miséria de tantas pessoas trans, da dificuldade que temos em conseguir redes de suporte capazes, da negligência pública. A morte de Eduarda soma-se ao revoltante número de pessoas trans que todos os anos são assassinadas ou decidem pôr termo à sua vida.

Eduarda marcou todos, todas e todos pela sua solidariedade, riso e honestidade. Uma ativista que nunca se cansou da constante busca pela evolução e pelo conhecimento. Reconhecida pelas pessoas próximas como teimosa, que provavelmente se queixaria das homenagens a ela prestadas após a sua morte. Eduarda foi mais do que uma ativista pioneira. Foi partilha. Na pobreza e na precariedade. Nas refeições. Nas conversas de empoderamento. Na permanente mutualidade dos sentimentos e dos atos. Eduarda foi mentora e ombro amigo para inúmeras pessoas trans ao longo de anos, nutrido a lindíssima comunidade de partilha, de irmandade e de comoção.

Eduarda Alice Santos está presente no legado, no presente e no futuro. A 20 de janeiro de 2023, uma ativista, uma camarada, uma amiga, uma almadense, uma referência histórica, uma peça inestimável da comunidade deixou-nos.

Assim, o grupo municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de janeiro de 2023, delibere exprimir o seu profundo pesar pela morte de Eduarda Alice Santos, com as mais sentidas condolências à sua família, amigos e comunidade, fazendo um minuto de silêncio em homenagem, em luta e em memória da ativista e da mulher pioneira.”

6.3 – No debate usou da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira.

6.3.1 A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que a Câmara Municipal também subscreve estes dois votos de pesar. Pela morte de Orlando Laranjeira, foi um homem que dedicou toda a sua vida pela luta sua e dos outros e que deixou uma marca indelével da vida associativa de Almada, à sua família com uma especial referência à nossa trabalhadora Dr.ª Fábila Mateus, aos seus amigos, ao Partido Comunista Português, deixamos as nossas sentidas condolências.

Relativamente também ao voto de pesar de Eduarda Santos. Foi também uma lutadora pela luta pela igualdade e contra todo o tipo de discriminação. À sua família, aos seus amigos, e à sua família política o Bloco de Esquerda enviamos também as nossas condolências.”

6.3.1 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.1.1 – O voto de pesar pelo falecimento de Orlando Laranjeiro foi aprovado por unanimidade.

6.3.1.2 – O voto de pesar pelo falecimento de Eduarda Alice Santos foi aprovado por unanimidade.

6.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.5 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do artigo 51º, nº 2, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales.

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2, do artigo 51º, do Regimento e relativa à decisão do Senhor Presidente convocar esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal decidiu convocar esta Sessão Extraordinária, e fê-lo através de notificação dirigida por correio eletrónico a todos os eleitos no passado dia 19 de janeiro, sem que estivesse na posse dos necessários instrumentos legais para o fazer.

Na verdade, nenhuma das cinco propostas agendadas, todas com origem na Câmara Municipal, se encontrava aprovada pelo Órgão correspondente naquela data. Só foram aprovadas e não todas, no passado dia 23 de janeiro e na convocatória o Senhor Presidente nem sequer fez inscrever a referência de que se tratava de um agendamento a título condicionado, como usualmente faz em circunstâncias análogas.

O Grupo Municipal da CDU, entende que o rigoroso cumprimento das normas, e das Leis que regulam o funcionamento dos Órgãos Autárquicos, tem de ser observado em todas as circunstâncias. Não aceitamos que possa haver critérios rigorosos para a aplicação e observação de algumas determinações legais e menos rigorosas para aplicação e observação de outras normas.

O Grupo Municipal da CDU, lamenta a forma e o quadro, em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entendeu convocar esta Sessão Extraordinária e recomenda vivamente, que situações como esta, que não dignificam o trabalho de um Órgão do Poder Local Democrático, não possam repetir-se no futuro.”

6.5.2 – Usou ainda da palavra os Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales.

6.5.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A sua recomendação obviamente será levada em devida conta. De qualquer modo, sem pretender negar o incumprimento formal que foi invocado, dizer que era do conhecimento de todos os Grupos Municipais que as propostas que seriam presentes hoje, constariam da agenda a título condicional, porque na altura em que fizemos a última reunião da Conferência de Representantes já se sabia.

De qualquer modo, assumo a falta material e tentaremos fazer o possível para que de futuro não se repita.”

6.6 – Para apresentarem Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP saúda a realização do Congresso do Desporto realizado no fim de semana passado no Concelho.

É sempre crucial, reforçar a importância que a atividade física e o desporto, sejam em competição, sejam em lazer, traz como benefícios para a sociedade, nomeadamente, para a saúde.

Uma saudação a todos os desportistas do Concelho de Almada, desde os mais conhecidos aos mais anónimos, desde os profissionais aos amadores.

Falar e debater sobre o desporto, seja em congresso ou em qualquer outro modelo ou fórum, é também não esquecer o muito que há por fazer, tal como as responsabilidades acrescidas dos Municípios e dos executivos municipais.



Falar e debater sobre desporto, é não esquecer os investimentos propostos e anunciados, é dialogar e cooperar com as instituições e coletividades do Concelho, estas últimas com larga e enraizada tradição em Almada, e que muito se queixam de falta de apoios.

É também requalificar e manter em estado de conservação para o uso e em segurança, o equipamento municipal.

É construir e modernizar com o objetivo de criar novas oportunidades e incutir e convidar os almadenses para a prática desportiva.

Senhora Presidente em exercício, Senhor Vereador, é preciso mais investimento na área do desporto, nomeadamente, no desporto escolar, onde a falta de infraestruturas para a prática condigna do desporto fica muito aquém do desejado.

Investir no desporto em Almada, é investir na prática da natação e nos desportos náuticos, não fosse o Concelho rodeado de rio e de mar.

É investir no desporto, por exemplo, motorizado, não chega apenas dar vivas aos nossos campeões e depois nada se fazer pela modalidade, como por exemplo, a criação de uma pista oficial de motocross há muito desejada pelos amantes da modalidade.

Investir no desporto em concreto, é naquilo que é inclusivo, é implementar nas escolas do Concelho o Korfball como por exemplo, há muito o CDS vem propondo.

Mas incluir a sério, é dar oportunidade a que todos, mas todos aqueles por se encontrarem condicionados na sua mobilidade e nas suas capacidades motoras ou em outras incapacidades, possam praticar desporto em pé de igualdade com todos os outros.

Senhora Presidente, Senhor Vereador, depois do debate, da discussão, esperemos que não fique apenas pelas intenções e pelas palavras, passe à ação pois muito há a fazer na área do desporto em Almada.”

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faz pouco mais de um ano que iniciamos trabalho nesta Assembleia Municipal.

Propusemos um projeto de aproveitamento alimentar que iria reduzir o desperdício, formar a população de Almada bem como gerir melhor os seus recursos alimentares, foi reprovado pelo PS.

Propusemos a limpeza e recuperação de passadiços e conservação de floresta na Charneca de Caparica, para preservar o meio ambiente, e foi reprovado pelo PS.

Propusemos a requalificação de ruas em Almada para melhor servir a população, foi novamente recusado pelo PS.

Para mitigar os efeitos da seca e aproveitar a época das chuvas, propusemos a criação de reservatórios de aproveitamento de águas pluviais, e foi reprovado por toda a esquerda.

Tivemos toda a esquerda desta Assembleia Municipal, a votar contra as propostas de aproveitamento de água, propostas ambientais; num ano em que o PS aumenta as tarifas da água, a esquerda votou contra as propostas de preservação da mesma.

Propusemos a implementação de painéis solares nas escolas para reduzir os custos energéticos no Concelho, e novamente, toda esta esquerda votou contra.

A demagogia de esquerda e recusa em aceitar propostas necessárias para o Concelho por estas serem do CHEGA, são flagrantes. A forma facciosa como atacam o CHEGA, sem lerem as propostas, sem defenderem as populações é assustadora. Preferem reprovado projetos que trazem soluções para a população, do que os votar favoravelmente, por serem do CHEGA. A defesa da causa pública, deixou de ser o foco para estes partidos, é pura hipocrisia.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Se há algo que sabemos, é que esta hipocrisia só terá fim nas urnas das próximas eleições.

Nesta casa da democracia, vimos direitos serem retirados aos Deputados Municipais do CHEGA, vimos a palavra ser-lhes cortada, como a alguns outros, os seus direitos a serem renegados.

Vimos o executivo a afirmar que tinha respondido ao CHEGA, quando é desmentido pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal, que só 3 (três) sessões depois, acusa a entrega das respostas.

Na anterior Sessão da Assembleia Municipal, onde finalmente a oposição em conjunto pôde questionar o trabalho da Câmara Municipal, o CHEGA colocou cerca de 30 (trinta) questões, apenas 5 (cinco) foram respondidas.

É isto serviço público? É isto a visão do PS de liberdade, democracia e responsabilização dos Órgãos eleitos? Vemos os que colocam rosa ao peito no 25 de Abril, a pisar e a recusar os valores mais básicos desse dia e a escolherem a quem e o que querem responder.

Por desrespeito por este Órgão fiscalizador, por desrespeito pela população que tem o direito de ver as suas questões respondidas pelos Órgãos eleitos.

Mas o líder do PS, António Costa, respondeu a tudo e a todos de uma forma categórica, o mote foi lançado, vão ser 4 (quatro) anos de governação do PS, “habituem-se”.

6.6.3 – No debate usou ainda da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

6.6.3.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para intervir na sequência daquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, a quem eu desde já agradeço a saudação feita ao Congresso do Desporto que aconteceu no último fim de semana, e dizer que concordo, pelo menos com a maioria daquilo que foi a sua intervenção, começando desde logo pelo início, por aquilo que foi a saudação a um grande Congresso.

Nós tivemos mais de 200 (duzentos) participantes, mais até de 7 (sete) dezenas de contributos escritos, mas acima de tudo, 3 (três) dias de muito contributo oral e de grande processo de reflexão, acho que foi para quem quer construir desporto no Concelho de Almada, acho que foi um momento muito positivo no nosso Concelho, e de facto, parte das preocupações que apresentou, são validas. Agora, pareceu-nos que, no Município nós temos aqui 3 (três) grandes problemas. Por um lado, há uma clara falta de diagnóstico daquilo que é a realidade desportiva no nosso Concelho, ou seja, conhecer profundamente aquilo que somos, não só na dimensão municipal, acima de tudo também, na dimensão fora daquilo que são as infraestruturas, os praticantes, as instalações municipais, ou seja, qual é a realidade concreta do desporto e da prática da atividade física no nosso Concelho.

Depois um grande segundo problema que é a falta de objetivos claros e de caminho concreto para fazer, ou seja, uma visão daquilo que nós queremos ser, e por último uma dimensão de avaliar aquilo que fazemos. Há muitos anos que se perdeu uma cultura de os programas, as iniciativas que estamos a ter, qual é o impacto real que têm? Um exemplo muito simples, o Alma Sénior, um programa, uma iniciativa de atividade física dirigida à população sénior, qual é o impacto concreto que tem naquilo que é a população sénior? Todas estas dimensões, nós precisamos de as casar.

Portanto, o grande objetivo deste Congresso do Desporto foi ter uma dinâmica participativa para a elaboração daquilo que será agora o novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo para o Desporto. Estabelecer objetivos, meio caminho andado para os atingir.

Portanto, nós precisamos numa lógica, em profunda dialética com todo o Movimento Associativo, com a Academia, com as empresas, com todos os cidadãos, recolher esses contributos e ter aqui a elaboração desse Plano Estratégico. E acima de tudo, eu acho que a grande conclusão que nós tiramos deste Congresso, é procurar dar ao desporto uma centralidade naquilo que nem todas as políticas do Município. Quando se pensa em obras



em infraestruturas, também há uma dimensão do desporto, quando falamos de habitação, por exemplo, a construção dos novos fogos municipais, também deve haver uma dimensão do desporto, por exemplo, a envolventes têm que ser pensadas também numa lógica do pensamento de equipamentos desportivos de proximidade. Quando se fala na mobilidade também há uma dimensão de desporto, em todas as políticas haver aqui uma dimensão do desporto.

E, portanto, acho que foi a grande conclusão, foi um grande Congresso, obviamente que, traz aqui mais exigência porque temos de concluir e depois apresentar ao Concelho o Plano Estratégico. Mas nisso que estamos a trabalhar e obviamente contamos com o contributo de todos vós."

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adenda à Escritura de Direito de Superfície constituído a favor da Fábrica da Igreja da Sobreda, sobre a Parcela de Terreno com 7700m2, sita na Quinta dos Pianos, Sobreda";

7.1.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

7.1.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que está à vossa consideração é a autorização a esta Assembleia Municipal, para celebração de uma adenda, a uma escritura pública, que pressupõe alteração dessa mesma escritura pública.

É uma escritura aprovada em reunião de Câmara em 2006, constituída a favor da Fábrica da Igreja da Sobreda de Caparica, conforme descrito na proposta, e em que aquilo que se prevê, é a possibilidade de alteração quer do nº1, quer da cláusula 2ª, para que haja extensão do objeto da escritura, a escritura inicial pressupunha o destino do direito de superfície para constituição de um equipamento destinado apenas à prática religiosa, e a Fábrica veio invocar a necessidade de existência de outras valências, nomeadamente, as valências de Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Gabinete de Inserção Profissional.

Basicamente é isto que está em causa, e por isso se propõe que, se possam alterar as cláusulas 1ª e 2ª, conforme vem vertido na proposta. E assim a cláusula 1ª passará a versar da seguinte forma: "O direito de superfície agora constituído sobre o prédio supra identificado, tem como finalidade a construção do equipamento religioso, composto por igreja, casas mortuárias, salão polivalente, salas de catequese e apoio aos jovens e escuteiros, e construção de um edifício destinado a assegurar as valências de Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Gabinete de Inserção Profissional".

Acresce que, também se propõe a alteração daquilo que está vertido na cláusula 2ª, para que a entidade possa recorrer a fundos comunitários ou outros, em termos do financiamento. E assim a cláusula 2ª passará nos nºs 1 e 2, a ter a seguinte redação: "A superficiária poderá recorrer a fundos próprios ou outros apoios para suportar as despesas da construção do equipamento, a qual deverá iniciar-se no prazo de dois anos e ficar concluída no prazo de cinco anos, ambos a contar da data da presente adenda".

"Os prazos indicados no ponto anterior poderão ser eventualmente prorrogados, mediante pedido expresso da superficiária e aprovação da Câmara Municipal de Almada".

É isto que está à consideração desta Assembleia Municipal que, decidirá em conformidade."

7.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal autoriza a Câmara Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 25.º, nº 1, alínea i) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebrar uma adenda à Escritura celebrada em 21 de janeiro de 2006, de constituição de direito de superfície, a título gratuito, a favor de Fábrica da Igreja da Sobreda de Caparica, Pessoa Coletiva Religiosa, com o NIPC 501681345, sobre o prédio urbano, composto de lote de terreno destinado a equipamento, designado pela letra "A", com 7.700.00 m2, sito em Quinta da Vinha do Meio, Vale



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Grou, Sobreda, Concelho de Almada, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial sob o nº 3136/300799 da freguesia da Sobreda, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda sob o artigo 9588, com o valor patrimonial tributário de €1.567.695.06, com alteração das cláusulas primeira e segunda:

1.ª

O direito de superfície agora constituído sobre o prédio supra identificado tem como finalidade a construção de um equipamento religioso, composto por igreja, casas mortuárias, salão polivalente, salas de catequese e apoio aos jovens e escuteiros, e construção de um edifício destinado a assegurar as valências de Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Gabinete de Inserção Profissional.

2.ª

1. A superficiária poderá recorrer a fundos próprios ou outros apoios para suportar as despesas da construção do equipamento, a qual deverá iniciar-se no prazo de dois anos e ficar concluída no prazo de cinco anos, ambos a contar da data da presente adenda.

2. Os prazos indicados no ponto anterior poderão ser eventualmente prorrogados, mediante pedido expresso da superficiária e aprovação da Câmara Municipal de Almada.

Nos precisos termos da deliberação camarária de 23 de janeiro, que aprovou a proposta nº 2022-698-DPAT.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

7.2.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que o ponto 3.2 tinha sido retirado da agenda.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada”;

7.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco.

7.3.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que aqui trazemos, diz respeito ao culminar de um processo de alteração ou de revisão do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada.

No passado mês de junho, deu-se início a um procedimento de revisão do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem, que esteve em consulta pública. Durante esse período de consulta pública, além de tudo aquilo que foi a divulgação deste processo, pelos canais habituais da Câmara Municipal, promoveram-se 2 (duas) reuniões presenciais para a recolha de contributos no âmbito desta discussão pública, uma especificamente dirigida ou mais focada, nos membros do Conselho Municipal de Juventude, e outra aberta também a toda a comunidade, e na sequência do término deste processo de consulta pública, fechou-se uma proposta, houve vários contributos a serem integrados naquilo que foi o processo de consulta pública, e nós neste momento temos aqui uma proposta final, que já foi aprovada em reunião de Câmara e que agora se submete aqui à Assembleia Municipal, e que no fundo vem responder melhor ou vem atualizar aquilo que é o projeto do Orçamento Participativo Jovem, no âmbito daquilo que foi a experiência das duas anteriores edições.

Nós neste momento, temos já o projeto da primeira edição deste Orçamento Participativo, concretizado, aliás, foi inaugurado há uns meses o estúdio de gravação que funciona na Live Shaker, e que tem tido bastante sucesso, e depois um 2º projeto da segunda edição do Orçamento Participativo Jovem, que diz respeito à existência de uma cozinha comunitária que neste momento está em fase final de implementação, só não está ainda implementado porque houve uma necessidade de adequação daquilo que era o projeto original, ou seja, houve uma impossibilidade de implementar o projeto original e, portanto, teve que se fazer alguns ajustes também em diálogo com a entidade que apresentou a proposta, portanto só por isso é que ele não está implementado e aquilo que queremos é, havendo obviamente a aprovação deste Regulamento, que no início



deste ano de 2023, tenhamos uma terceira e nova edição do Orçamento Participativo Jovem, aberta a toda a comunidade juvenil e estudantil.”

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o projeto de regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 23 de janeiro, que aprovou a proposta nº 2022-651-DJUVE.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências nos Diretores de Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de Almada e Apoio Financeiro”.

7.4.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira.

7.4.1.1 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que aqui temos e que já foi aprovada em reunião de Câmara, tem a ver com o Contrato de Delegação de Competências nos Senhores Diretores, como todos sabemos o Decreto-Lei 21/2019, criou o quadro através do qual o Estado Central, em diversas áreas, mas neste caso concreto, no que diz respeito à Educação, criou o quadro através do qual foram transferidas as competências do Estado Central, neste caso do Ministério da Educação para o Município, o Município assumiu umas e fez contrato de Delegação de Competências de outras nos Senhores Diretores dos Agrupamentos e escolas não agrupadas.

Já qui aprovamos um contrato que vigorará até a aprovação deste, que será hoje, uma vez que já foi aprovado em reunião de Câmara, e será agora aqui posto à apreciação desta Assembleia Municipal.

Tem algumas alterações porquê? Porque à medida que o tempo vai passando, há competências que na altura não foi possível o Município assumir e que agora, progressivamente, vai assumindo à medida que consegue nos seus contratos incluir tudo aquilo que são as vertentes dos Agrupamentos de Escolas.

Neste por exemplo, que não era o caso do outro que ainda estava na delegação de competências dos agrupamentos, a despesa com a água, porque como todos sabemos, é um serviço municipalizado e foi mais fácil a sua absorção pela Câmara Municipal, e, portanto, o equivalente financeiro que vai ser transferido já não contém o valor da água porque já foi retirado e também do software de gestão de todos os agrupamentos.

Daqui para a frente, à medida que, possamos ter os concursos que estão em curso, relativos à eletricidade, relativos às telecomunicações, relativos à informática, essas competências deixarão de ser dos agrupamentos e passarão a ser assumidas pelo Município.

Portanto, neste Contrato de Delegação de Competências, as competências em termos globais, são sensivelmente as mesmas, retirados aqueles aspetos que já foram incorporados no Município.

Temos a questão da gestão das instalações e do funcionamento, que refere tudo aquilo que é a gestão de um estabelecimento com todo as despesas inerentes, de água não, mais ainda de luz, comunicações, informática, consumíveis, detergentes, toda essas necessidades para o funcionamento de uma escola e que tem uma verba atribuída no ano de 2023, de 1.805.472.00€ (um milhão oitocentos e cinco mil quatrocentos e setenta e dois



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

euros) e que esta proposta aprova a tranche financeira até ao final do ano letivo por uma questão de melhor gestão e que monta a 1.053.528.00€ (um milhão cinquenta e três mil quinhentos e vinte e oito euros).

Depois, para além da gestão e funcionamento, temos a gestão do edificado, que tem a ver com obras, obras de pequena monta, tudo aquilo que é a manutenção de rotina e das coisas que acontecem nas escolas e que é preciso resolver o mais rápido possível, e temos uma tranche anual de 537.514,92€ (quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e catorze euros e noventa e dois cêntimos) e esta verba correspondente até agosto, será de 358.343.28€ (trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e três euros e vinte e oito cêntimos).

Este é o equivalente financeiro que é transferido para os agrupamentos e que veio também do Ministério da Educação via Instituto de Gestão Financeira, e que o Município transfere para as escolas.

Temos depois uma terceira vertente. Essa já da responsabilidade do Município, já não é um valor financeiro que nos tenha sido transferido, nem tem a ver com nenhuma competência que foi transferida quer para o Município, quer para os agrupamentos, tem a ver com aquilo que o Município entendeu de poder dar aos Agrupamentos de Escolas para o desenvolvimento do seu Plano Anual de Atividades, para o desenvolvimento das atividades, para uma articulação maior até com as políticas municipais, o apoio financeiro e que entendemos que tinha que ter equidade e objetividade na sua atribuição.

Portanto, o fator objetivo mais evidente, seria por número de alunos. Uma escola que tem um maior número de alunos precisa com certeza de maior verba, precisará de maior apoio para o seu Plano Anual de Atividades outra que tem menos e, portanto, foi o elemento objetivo que encontramos e o Município irá transferir para este desenvolvimento do Plano Anual de Atividades, a verba no ano de 2023, de 93.012.00€ (noventa e três mil e doze euros), sendo agora até ao final do ano letivo de 62.008.00€ (sessenta e dois mil e oito euros).

De notar aqui que também não consta deste apoio financeiro para além da água, o valor de 245.000.00€ (duzentos e quarenta e cinco euros) da tranche relativa ao software de gestão e que até agosto de 2023 final do ano letivo, importa num valor de 163.638.62€ (cento e sessenta e três mil seiscentos e trinta e oito euros e sessenta e dois cêntimos).

As verbas serão distribuídas de acordo quer aquelas que são da responsabilidade do Ministério da Educação para transferência do Município, quer aquelas que são mesmo do orçamento municipal, estão aí explicitadas por escola, penso que não valerá a pena estar a ler porque todos os Senhores Deputados Municipais têm esta informação, cada escola de acordo com a sua dimensão, com a sua antiguidade, com os seus alunos terá um valor próprio, e, portanto, aquilo que vimos aqui apresentar para apreciação e votação, é que possa ser aprovada a Minuta de Contrato de Delegação de Competências do Município de Almada nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas e que vigorará para os anos letivos até 2023-2024, obviamente com outra equivalente financeira quando terminar o ano letivo de 2022-2023.”

7.4.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a celebração do contrato de delegação de competências do Município de Almada nos Diretores de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas de Almada, a vigorar até ao final do ano letivo 2023/24, nos precisos termos da deliberação camarária de 23 de janeiro, que aprovou a proposta nº 2023-5-DepE.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais e de recebimentos e de pagamentos em atraso – Lei 8/2012, de 21 de fevereiro”;

7.5.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7.5.1.1 – A Senhora Vice-Presidente em exercício Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Penso que o Senhor Presidente foi claro, os documentos também, e, portanto, visa apenas dar cumprimento aos normativos mencionados e em anexo estão todos os documentos relativamente aos compromissos plurianuais e recebimentos de pagamentos em atraso.”

8. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 22H30, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária de janeiro da Assembleia Municipal.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Debora Figueiredo Rodrigues, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Tiago David Galveia e Joana Rodrigues Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de dez munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

Lu. T. C.

O 1º SECRETÁRIO _____

Paulo Viegas

A 2ª SECRETÁRIA _____

Arie Paulo Silva

